



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

TERMO ADITIVO Nº 3/2026

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 06/2023 QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA AGRICULTURA – ANSA.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “D”, em Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0011-05, neste ato representado pelo Senhor **LUÍS FERNANDO MAGNANI DE OLIVEIRA**, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - Substituto, designado pela Portaria nº 5, de 13 de janeiro de 2025, publicada no DOU de 15 de janeiro de 2026, portador da matrícula funcional nº 1858655, doravante denominada **CEDENTE**, e a **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA AGRICULTURA – ANSA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.580.803.0001-62, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo B, em Brasília/DF doravante designada **CESSIONÁRIA**, representada pelo Senhor **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, conforme atos constitutivos, tendo em vista o que consta no Processo nº 21000.017662/2022-11 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017; Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e o Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso nº 06/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1.

O objeto do presente instrumento é **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato de Cessão de Uso nº 06/2023 por 12 (doze) meses, contemplando-se nesta ocasião o período de **06/05/2026** a **05/05/2027**, nos termos do art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
2.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1.

O valor mensal da taxa pelo uso da área objeto da cessão ora formalizada é de R\$ 1.802,73 (um mil oitocentos e dois reais e setenta e três centavos), perfazendo o valor anual de **R\$ 21.632,76 (vinte e um mil seiscientos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos)**.

2.2.

Além do pagamento do valor da indicada retribuição, a **CESSIONÁRIA** participará, proporcionalmente, do rateio das despesas tratadas no item 2.1.7 do Contrato originário.

2.3.

Fica assegurado à **CEDENTE** o direito ao reajuste de valores ainda não adimplidos referentes ao ciclo de vigência imediatamente anterior à presente prorrogação, não concedidos e/ou pendentes de solicitação, desde que atendidos os requisitos preceituados no Projeto Básico.
3.

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.1.

Não há exigência de garantia de execução para a presente contratação.
4.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1.

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
5.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1.

Incumbirá à **CEDENTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

LUÍS FERNANDO MAGNANI DE OLIVEIRA  
Representante legal da **CEDENTE**

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA  
Representante legal da **CESSIONÁRIA**

TESTEMUNHAS:

- 1)
- 2)



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis da Silva, Usuário Externo**, em 20/01/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Magnani de Oliveira, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração - Substituto**, em 20/01/2026, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LIANA BRASIL BERNARDINO, Testemunha**, em 20/01/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **THALIA RIBEIRO DE SOUSA, Testemunha**, em 20/01/2026, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º,§ 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **49812034** e o código CRC **D8D15CDC**.